

RESUMO - ADMINISTRAÇÃO - GRADUAÇÃO E SEMI

**DA INEFICÁCIA DE KYOTO À ABORDAGEM FLEXÍVEL DE PARIS: A
EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL**

Karyne Coutinho De Brito (karynecoutybrito@gmail.com)

Matheus De Santana Da Silva (matheussantanadasilva345@gmail.com)

Herion Lohan Golate Perdigão (herionlohan@gmail.com)

Introdução: O Protocolo de Kyoto, adotado em 1997, estabeleceu metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos. Contudo, sua eficácia foi limitada pela não ratificação dos Estados Unidos e pela ausência de obrigações para economias emergentes com emissões crescentes, comprometendo sua abrangência, mas servindo de base para acordos posteriores. Objetivo: O objetivo desta revisão sistemática foi analisar as razões para a falha do Protocolo de Kyoto e como suas limitações influenciaram o surgimento de um modelo mais flexível no Acordo de Paris. Material e Métodos: Esta revisão sistemática foi realizada por buscas no Google Scholar e outras bases acadêmicas, utilizando termos-chave como “Protocolo de Kyoto”, “Acordo de Paris”, “não ratificação EUA”, “política climática” e “governança ambiental”. Foram selecionadas publicações que abordavam as limitações do Protocolo de Kyoto e o surgimento do Acordo de Paris como marco evolutivo, considerando

estudos publicados até 2025 que apresentassem análise crítica e evidências quantitativas ou qualitativas, excluindo textos sem fundamentação metodológica adequada. A análise concentrou-se em aspectos políticos, econômicos e estruturais que moldaram a efetividade dos acordos, a participação dos países e o impacto nas emissões globais. Resultados: A análise das fontes revelou que o Protocolo de Kyoto, embora pioneiro, falhou em alcançar impacto relevante por três razões principais: a limitada participação, pois grandes emissores como os Estados Unidos não ratificaram o acordo e economias emergentes foram isentas de metas obrigatórias, facilitando a “fuga de carbono” para países menos regulados; as preocupações econômicas que geraram resistência devido ao temor de perda de competitividade e impacto negativo nas economias; e a divisão desigual de responsabilidades, que criou percepções de injustiça, fragilizando a cooperação internacional. Essas limitações impulsionaram a necessidade de um novo modelo, materializado no Acordo de Paris. Em contraste, o Acordo adota uma abordagem flexível que permite que cada nação defina suas metas voluntárias, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Visando inclusão, adaptabilidade e ambição progressiva. Esse modelo superou barreiras rígidas de participação e evidenciou que um regime climático adaptável e justo é fundamental para garantir cooperação. Contudo, o Acordo ainda enfrenta desafios como transparência, fiscalização e ambição para conter o aquecimento global. Conclusão: Esta revisão evidencia que o Protocolo de Kyoto foi um marco importante ao estabelecer metas vinculantes, mas suas limitações comprometeram a efetividade. A não ratificação dos EUA ressaltou desafios políticos e econômicos na busca por consenso. Como resposta, o Acordo de Paris emergiu com um modelo flexível e inclusivo, em que países assumem compromissos voluntários e revisáveis, fomentando o engajamento. O aprendizado do Protocolo de Kyoto foi fundamental para moldar estratégias climáticas mais realistas, embora a busca por maior ambição e fiscalização continue para que a governança climática mundial alcance resultados efetivos.

Palavras-chave: mudanças climáticas; protocolo de kyoto; acordo de paris.